



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE RIO SONO - TO

LEI MUNICIPAL N° 246 DE 20 DE MARÇO DE 2017

ANO X - RIO SONO, QUARTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2026 - Nº 790



ATOS DO PODER EXECUTIVO

PLANO MUNICIPAL SOCIOEDUCATIVO

PLANO DE AÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

APRESENTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de **Rio Sono**, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, apresenta o Plano Municipal de Medidas Socioeducativo e intersetorial em consonância com o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) unidade pública estatal e Técnica de Referência da Proteção Social que coordena e articula a Proteção Social Especial de Média Complexidade, o que o torna responsável pelo apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias, através de serviços multiprofissionais de orientação e apoio.

O processo democrático e estratégico de construção do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas concentrou-se na intensa e desafiadora construção de um pacto social em torno dos atores envolvidos. Que em alguns momentos transformou-se em árdua tarefa de mobilização.

Tendo como premissa básica a necessidade de se construir parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos, o desenvolvimento deste Plano de atendimento considera a intersectorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado.

O Município de **Rio Sono**, em uma assídua busca de assegurar um atendimento eficaz, com maior eficiência para os Programas Sociais de enfrentamento dos atos infracionais com Medidas Socioeducativas, elabora este plano em articulação com os representantes legais, instâncias de controle social envolvendo governo e sociedade civil na garantia dos direitos da criança e do adolescente na busca incessante de torná-los cidadãos de bem.

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Medida Socioeducativa de **Rio Sono** dá cumprimento às indicações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e da versão preliminar do Plano Estadual de atendimento face à realidade de cada município, bem como a sistematização das ações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei no município de **Rio Sono**, para execução no ano de 2026, com o objetivo de disponibilizar a proteção integral aos adolescentes, por meio da execução de metas e ações nos eixos: 1) Atendimento inicial; 2) Atendimento aos adolescentes e às famílias; 3) Medida socioeducativa: prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida; 4) capacitação profissional; sistema de informação.

Os dados da realidade local, o perfil e as necessidades dos adolescentes e a rede de serviços existentes serviram de base para se produzir um conhecimento maior para percorrer alternativas necessárias para a promoção de iniciativas voltadas à diminuição dos fatores de risco e para a promoção dos fatores de proteção dos adolescentes no município.



Nesta direção, a proposta deste Plano Municipal de Medida Socioeducativa de **Rio Sono** é desenvolver ações integradas com a rede de atendimento à criança e ao adolescente no município, nas áreas: educação, saúde, assistência social, trabalho, justiça e segurança pública, com o objetivo de proporcionar a efetivação dos direitos fundamentais consagrados aos adolescentes na Constituição Federal em seu art. 227 e no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 4º, garantindo-lhe sua condição de cidadão.

Este Plano é o resultado de reuniões com o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com Conselho Tutelar e CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social e rede intersectorial envolvendo cultura, Saúde e Educação que envolve o atendimento da criança e do adolescente visando a melhoria e a otimização dos recursos disponíveis para um melhor atendimento que se concretizará pela ação articulada dos sistemas, órgãos e organizações estaduais municipais responsáveis pela garantia de direitos dos adolescentes no município, reconhecendo-se a incompletude e a complementariedade de um atendimento que promova o desenvolvimento e bem-estar social, profissional e pessoal dos adolescentes de **Rio Sono/TO**.

No tocante, realizado em articulação com a rede socioassistencial e intersectorial. A técnica de Referência de Proteção Social Especial é uma recomendação dentro da Política de Assistência Social, para representar a Proteção Social nos municípios onde não há CREAS, sendo indicado que esta técnica tenha formação superior de acordo com a resolução CNAS, nº. 17 de junho de 2011, dado às particularidades das demandas e que esteja vinculada diretamente à Secretaria de Assistência Social.

Destaca-se que para consequimento das ações, reconhecemos que não seria o mesmo que o município com CREAS, composto por uma equipe multidisciplinar, e exclusiva para atendimento de medidas socioeducativas.

No entanto, por ora apresentamos esta estratégia para evitar a não oferta deste serviço no município.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais

Implantar e sistematizar o atendimento socioeducativo no município de **Rio Sono**, promovendo estratégias protetivas, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e do Sistema Nacional de Atendimento socioeducativo – SINASE.

Objetivos específicos

Implantar o Serviço de Atendimento ao Adolescente em cumprimento de Medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à comunidade (PSC);

Atender os adolescentes inseridos nas medidas socioeducativas em meio aberto e acompanhá-los em seu contexto familiar e social durante todo o cumprimento das medidas;

Garantir a manutenção e a melhoria da qualidade dos serviços de atendimento socioeducativo;

Construção de PIA em conjunto com o adolescente e sua família, abrangendo a rede de serviços disponíveis no município;

Estimular a participação da família no cumprimento das medidas e conscientizá-los de sua importância no desenvolvimento do adolescente; Desenvolver ações que propiciem a formação da identidade e cidadania do adolescente, proporcionado a sua inclusão escolar, profissionalizante, acesso à saúde, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como aquisição de documentos pessoais;

Desenvolver ações de prevenção da violência em suas diversas manifestações, como por exemplo, palestras, reuniões com grupos de pais, visitas a autoridades competentes da área;

Proporcionar ao adolescente autor de ato infracional instrumentos para que ele compreenda a necessidade de respeitar as normas sociais

vigentes.

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pelo juizado responsável.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se com esse plano que o socioeducando seja atendido e inserido na sociedade com oportunidades profissionais livres de qualquer forma de exclusão e/ou preconceito e que suas relações familiares e comunitárias sejam fortalecidas. Assegurando o acesso destes nas políticas públicas (educação, saúde, assistência social, etc.).

Contudo esperamos de fato o desenvolvimento integral dos adolescentes com a promoção de sua cidadania, na construção de um novo cidadão, ou seja, tornando-os seguros de suas decisões, capazes de relacionarem-se consigo mesmos, com os outros e a comunidade, para que não cometam novamente ato infracional.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município de Rio Sono será monitorado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com colaboração do CRAS, PSE – Técnica de Assistência Social, CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação e demais instâncias de controle social.

DESENVOLVIMENTO DA LIBERDADE ASSISTIDA

A liberdade assistida é uma medida socioeducativa, a ser cumprida em meio aberto, isto é, sem que o jovem tenha privação de sua liberdade, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicável aos adolescentes autores de atos infracionais. Tendo como objetivo, evitar que o adolescente seja reincidente do ato infracional, em uma reflexão concisa, a medida de advertência implica o adolescente comparecer perante a autoridade judicial e ser advertido por ela quanto a sua prática.

À medida de liberdade assistida, o adolescente será orientado sistematicamente por profissionais, objetivando a reinserção familiar e comunitária saudável, acompanhando – se a escolarização e a possibilidade de profissionalização. O adolescente encaminhado pelo poder judiciário será acompanhado pelas redes intersetorial, através de uma equipe multidisciplinar do CREAS Regionalizado e da Técnica de referência do município através de um cronograma incluído no PIA (Plano Individual de atendimento).

No tocante os serviços Regionalizados na configuração regional, esses serviços são ofertados aos municípios vinculados, o qual será o ponto de apoio da proteção especial em todo território do desenvolvimento onde ele estiver implantado, conforme pactuado através da Resolução CIB-SETAS/TO nº 04, de 22 de abril de 2015. O serviço do CREAS Regionalizado será operacionalizado pela equipe técnica, com a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), articulado com o técnico de referência de cada município vinculado.

Técnico de Referência da PSE/CREAS Regionalizado

Representa a Proteção Social nos Municípios vinculados ao CREAS Regional;

Receber as demandas da proteção sociais especiais encaminhadas pelo Conselho Tutelar, redes de ensino Municipal e Estadual, rede Socioassistencial, poder Judiciário, etc.

Identificar, analisar e encaminhar informações das situações de violação de direitos já evidenciadas no município para o CREAS Regional;

Segue abaixo os passos:

- 1 – Selecionar e credenciar as instruções que irá receber o adolescente
- 2 – Receber o adolescente e seus pais ou responsável e orientá-los sobre a finalidade da medida e organização e funcionamento do programa
- 3 – Encaminhar o adolescente para o orientador responsável
- 4 – Supervisionar o desenvolvimento do adolescente na medida
- 5 – Avaliar, com o orientador, a evolução do cumprimento da medida e, se

necessário, propor a autoridade judiciária a suspensão caso necessário.

6 – Encaminhar no prazo de seis meses o resultado do acompanhamento.

DESENVOLVIMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE

A prestação de serviços à comunidade (PSC) impõe ao adolescente que cometeu ato infracional o cumprimento obrigatório de tarefas de caráter coletivo, visando o interesse grupal. Ao devolver à sociedade em forma de trabalho gratuito, apresenta ao adolescente a possibilidade de adquirir valores sociais positivos.

É um atendimento personalizado que requer a participação efetiva da família, da comunidade e do poder público, garantindo a promoção social do adolescente através da orientação, manutenção dos vínculos familiares e comunitários, escolarização, inserção no mercado de trabalho e/ou cursos profissionalizantes e formativos.

Os programas de prestação de serviços à comunidade devem ser estruturados nos municípios, preferencialmente junto ao programa de liberdade assistida, através de parceria com o Judiciário e o Órgão Executor da Política de atendimento à criança e ao adolescente no município. Compete ao Judiciário a aplicação da medida, a supervisão e o acompanhamento; e ao Órgão Executor Municipal o gerenciamento e o desenvolvimento das ações, tendo o Ministério Público como fiscalizador.

Família: reforçar os vínculos familiares para que ela colabore no processo socioeducativo.

Escola: incentivar o retorno e a permanência escolar, estimular a habilitação profissional e profissionalização.

Comunidade: corresponsável no processo socioeducativo, através das entidades cadastradas para o acompanhamento dos adolescentes.

A prestação de serviço comunitário será realizada através de serviço gratuito de interesse geral, pelo período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, postos de saúde, escolas, dentre outros. Bem como em programas comunitários e governamentais em atendimento personalizado que requer a participação efetiva da família, da comunidade e do poder público.

Assim, garantindo a promoção social do adolescente através de orientação, manutenção dos vínculos familiares e comunitários, escolarização, inserção no mercado de trabalho e/ou curso profissionalizante e formativo.

DESENVOLVIMENTO DO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO

O trabalho do psicólogo no desenvolvimento das medidas socioeducativas em meio aberto requer pensar na finalidade e na implicação, para cada um dos adolescentes, do cumprimento desta determinação jurídica.

Tal atribuição indica a necessidade de questionamento permanente sobre a contribuição.

O trabalho do psicólogo com adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas (MSE) deve ser contextualizado no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de acordo com a Lei Federal nº 8.069/90, sendo uma conquista que marca nossa vida política na relação com as crianças e os adolescentes.

O acompanhamento psicológico do adolescente busca atingir a particularidade do sujeito, para que ele possa simbolizar seu ato e inseri-lo em sua trajetória de vida, auxiliando-o a conhecer os elementos de sua história, compreendendo que este processo de subjetivação é um dos aspectos que a responsabilização deve trazer a ele (SALUM, 2011).

Os atendimentos psicológicos serão vistos como ações que podem ou não ter enfoque psicoterápico e podem ser individuais ou grupais. São descritos, nas respostas dos psicólogos, os procedimentos e as técnicas utilizados na realização das ações cotidianas a fim de atingir os objetivos propostos na execução da política.

O planejamento do trabalho psicológico se inicia com a recepção e acolhimento do adolescente. Durante o acompanhamento são realizadas entrevistas com o adolescente e os familiares, para avaliação, definição de plano de atendimento, elaboração de laudos, pareceres e relatórios, atendimento individual e/ou grupal, oficinas, visitas domiciliares e institucionais, bem como aconselhamento, orientação, acompanhamento, encaminhamentos, entre outras. É neste contexto que os aconselhamentos psicológicos se inserem.

Os atendimentos psicológicos serão semanalmente obedecendo aos

seis meses de cumprimento do Plano de Individual de Atendimento – PIA e se caso necessário podendo estender por mais tempo conforme declarações deste. Os atendimentos serão realizados pela psicóloga vinculada à rede municipal de saúde (eMulti/antigo NASF).
FORMAÇÃO DO PIA

O Plano de Atendimento Individual – PIA é um instrumento de planejamento que deve ser pactuado entre o técnico, o adolescente, sua família e as demais políticas setoriais, conforme os objetivos e as metas alcançáveis na sua elaboração.

Art. 53. O PIA será elaborado sob responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e da sua família, representada por seus pais ou responsáveis.

Art. 56. Para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, o PIA será elaborado no prazo de 15 (quinze) dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento.

O Plano Individual de Atendimento é um instrumento pedagógico fundamental para garantir a equidade no processo socioeducativo. Tem como objetivo garantir a compreensão de cada adolescente enquanto pessoa, revestido de uma singularidade particular, que tem um plano construído com ele e para ele.

Todas as esferas envolvidas no atendimento ao adolescente (judicial, administrativa, pedagógica, de saúde, segurança, família e comunidade) devem respeitar sempre a ideia de que cada um desses jovens é único, tal como será o desenvolvimento de seu processo socioeducativo.

O Plano Individual de Atendimento, além de ser apropriado a cada um, deve ser personalizado e é definido como o plano de trabalho que dá instrumentalidade para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, respeitando a visão geral e plena do ser humano e da educação.

A elaboração deste também se inicia na acolhida do adolescente no programa de atendimento e o requisito básico para sua elaboração é a realização do diagnóstico situacional por meio de intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família, nas áreas:

psicológica;
social;
pedagógica;
saúde física e mental;
jurídica;

São atendimentos focalizados e indispensáveis na construção do PIA

Situação e desempenho escolar.
Condição de saúde e necessidade de tratamento especializado.
Interesses culturais e/ou religiosos.
Práticas e aptidões esportivas.
Composição e dinâmica familiar.
Referências familiares, sociais e afetivas do adolescente.
Referências comunitárias e institucionais (técnicos de outras instituições pelas quais tenha passado anteriormente).
Documentação existente e necessária.
Situação processual.

No tocante à elaboração do PIA, o elemento essencial utilizado pela Técnica de Referência da Proteção Social Especial tem como modelo o do MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), tendo como linhas orientadoras para a construção do mesmo: dados pessoais, documentação, acolhimentos anteriores, dados de saúde, situação jurídica da criança/adolescente, motivo do acolhimento e informações preliminares sobre os pais/responsáveis.

Assim como o acompanhamento da rede, registros de atividades e encaminhamentos com a rede, relação com o serviço de acolhimento, vínculos familiares, inserção comunitária, saúde, educação, rede familiar, registros de atividades e plano de ação. Monitoramento e acompanhamento das redes intersetoriais do adolescente e da família.

Assim, a rede foi orientada através de uma reunião para acrescentar no PPP (Projeto Político-Pedagógico) da instituição os temas relacionados às medidas socioeducativas, com uma programação de cursos para orientadores e demais membros da rede, com carga horária e demais assuntos pertinentes às medidas.

VALDÉIA MARTINS RODRIGUES
Prefeita Municipal

VALÉRIA MARTINS RODRIGUES FONSECA
Secretária Municipal de Assistência Social

GEIZA COELHO MARTINS
Técnica de Referência da Proteção Social Especial

PORTARIA Nº 235/2026 RIO SONO - TO, 27 DE MAIO DE 2026

“Dispõe sobre a nomeação da servidora Ingrid Ribeiro Martins no cargo em comissão CDC- Chefe do Departamento de Compras e Serviços e dá outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO SONO, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 359/2026,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora Ingrid Ribeiro Martins, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 064.182.651-65 SSP TO e inscrita no CPF nº 064.182.651-65, para exercer o cargo CDC – Chefe do Departamento de Compras e Serviços, vinculado à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º A servidora exercerá suas funções de acordo com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 359/2026 e demais normas aplicáveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE RIO SONO, Estado do Tocantins, aos 27 dias do mês de maio de 2026.

Valdéia Martins Rodrigues
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 236/2026 RIO SONO - TO, 27 DE MAIO DE 2026

“Dispõe sobre a exoneração do servidor Leandro Miranda de Sousa do cargo em comissão CDLU – Chefe Departamento de Limpeza Urbana e dá outras Providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO SONO, Estado do Tocantins, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR o servidor Leandro Miranda de Sousa, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 900611 SSP TO e inscrito no CPF nº 057.389.171-03, do cargo CDLU – Chefe Departamento de Limpeza Urbana, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir de 29 de maio de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE RIO SONO, Estado do Tocantins, aos 27 dias do mês de maio de 2026.

Valdéia Martins Rodrigues
Prefeita Municipal

**RESOLUÇÃO CMAS RIO SONO/TO Nº 001/2026,
DE 21 DE MAIO DE 2026**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Rio Sono-TO (CMDCA) dentro de suas competências e atribuições conferidas artigo 2º, da lei nº 12/97 de 02 de Maio de 1997, considerando deliberação plenária do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Rio Sono-TO, em reunião conjunta realizada com o Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, realizada no dia 21 de maio de 2026.

RESOLVE:

Art.1-Aprovar o PLANO MUNICIPAL DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.

Art.2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Sono - TO, 21 de maio de 2026.

Miguel Ribeiro Torres
Presidente do CMDCA

**RESOLUÇÃO CMAS RIO SONO/TO Nº 008/2026,
DE 21 DE MAIO DE 2026**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Rio Sono dentro de suas competências e atribuições conferidas pelo artigo 3º, da lei nº 021/97, considerando deliberação plenária do conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, em reunião conjunta realizada com o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Rio Sono-TO, realizada no dia 21 de maio de 2026.

RESOLVE:

Art.1-Aprovar o PLANO MUNICIPAL DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.

Art.2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Sono - TO, 21 de maio de 2026.

Miguel Ribeiro Torres
Presidente do CMAS

